

## Relator discute anistia com assessores militares

BRASÍLIA — O relator da Comissão Mista que examina a emenda de convocação da Constituinte, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), deverá reunir-se hoje com assessores dos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para discutir a questão da anistia aos militares cassados e sua reintegração.

A anistia ampla, geral e irrestrita a todos os punidos, ainda que administrativamente, em virtude de legislação revolucionária ou em decorrência de atos derivados de motivação política, é sugerida em emenda do Deputado Jorge Uequed (PMDB-RS) à proposta governamental de convocação da Constituinte. Participantes do movimento pela anistia começaram a entregar ontem aos membros da Comissão Mista documento sobre os militares cassados, segundo o qual dos 7.000 praças atingidos apenas 34 retornaram à profissão e nenhum foi promovido ou teve direito à reparação financeira.

Outra reunião que Bierrenbach deverá ter hoje será com os parlamentares que lutam pelo aumento do prazo de desincompatibilização para os ocupantes de cargos executivos que pretendam concorrer à Constituinte. No próximo fim de se-

mana, o relator se encontrará com o Governador de São Paulo, Franco Montoro, e participará de debate promovido pela Secretaria de Justiça do Estado com cerca de 100 juizes, promotores, delegados e professores de Direito, sobre a convocação da Assembléia Constituinte.

Bierrenbach reclamou ontem da Liderança do PMDB na Câmara uma definição de posições do Partido e do Governo. Em companhia do Deputado João Gilberto (PMDB-RS), ele teve uma rápida reunião com o Líder em exercício, Luiz Henrique (SC). Os três trocaram idéias sobre pontos polêmicos: delegados constituintes, anistia para os militares cassados, prazo de desincompatibilização para ocupantes de cargo executivo que pretendam concorrer à Assembléia Constituinte, referendo total ou parcial para a futura Carta, remoção das medidas de emergência, Constituinte exclusiva, prerrogativas dos constituintes e desvinculação das datas das eleições para Governador e para constituinte.

Ficou definido que Bierrenbach participará de uma série de reuniões com o Presidente do PMDB Ulysses Guimarães, e com a bancada do Partido.

ANC 88  
Pasta 09/85  
085/1985

## Jurista: Em Assembléia congressual, Deputados agiriam em causa própria

BRASÍLIA — O jurista Dalmo Dallari foi ontem o oitavo depoente na comissão mista que examina a convocação da Constituinte a condenar a Assembléia congressual. Segundo ele, não se pode confundir constituinte com deputados e senadores, e estes últimos estariam, ao elaborar uma Constituição, dispondo sobre sua própria existência e seus mandatos, o que seria "tipicamente legislação em causa própria".

Sustentando o entendimento de que a mensagem do Presidente Sarney não convoca uma Constituinte mas sugere uma grande emenda constitucional, que poderia ser feita pelo Congresso, Dallari afirmou que a prevalecer a proposta do Governo questões básicas sobre o Legislativo, como a duração dos mandatos eletivos e o bicameralismo ou unicameralismo, não serão discutidas.

Ele considerou que a atribuição conferida pela emenda aos Senadores eleitos em 1982 para elaborar a Constituição é "verdadeira subversão da ordem jurídica, porque eles receberam mandato para o exercício do poder constituinte derivado, e não o originário, que é o inicial, o que diz quem tem poder para alterar a Constituição".

O jurista disse também que a Constituinte convocada pelo Governo não é livre ou soberana, pois prevê o direito de os Deputados e Senadores continuarem com seus mandatos após a elaboração da Carta, o que é "limitador da ação da constituinte". Como aspecto positivo da proposta, Dallari citou a redução do quorum para alteração da Constituição.

Ele disse, ainda, que em debates pelo País tem sido questionado sobre se políticos e empresários se dispõem a ceder em alguma coisa e atuar em prol das aspirações da Nação. Além do descrédito, Dallari constatou nesses debates a esperança, e a partir disso observou que se o Congresso der uma resposta adequada à necessidade de renovação

estará sendo encontrada uma saída pacífica para os problemas fundamentais do País.

O depoente manifestou-se favorável ao referendo popular para a nova Carta, às candidaturas independentes — "úteis até para críticas aos partidos, e que permitirão a participação na Constituinte de quem não quer ter militância partidária" —, à remoção do "entulho autoritário" e à anistia ampla, geral e irrestrita.

Dalmo Dallari propôs a revisão do sistema eleitoral, através da adoção do sistema de distritos eleitorais, o que, em sua opinião, reduziria a influência do poder econômico e possibilitaria maior contato do candidato com o eleitor.

Propôs também que durante a Constituinte a legislação ordinária seja atribuída a um conselho composto de 30 membros, dez eleitos pelo Congresso, dez pelos tribunais superiores e dez pela cúpula do Executivo. A estes acrescentou, por sugestão do Senador Alcides Saldanha (PMDB-RS), os Senadores eleitos em 1982.

Durante os debates, Dallari afirmou que o mundo está vivendo no século 18, em termos de instrumental político, e defendeu a necessidade de criação de novos mecanismos, dando como exemplo a perspectiva de se usar um sistema semelhante ao da loteria esportiva para a coleta de opiniões sobre problemas nacionais.

Também debateu ontem a matéria o Delegado da Fiesp na Confederação Nacional da Indústria, empresário e advogado Carlos Eduardo Moreira Ferreira. Entre os pontos da nova Constituição que abordou, está o do direito de greve, que, em sua opinião, deve ser plenamente reconhecido, "mas com limitações das correspondentes responsabilidades".

O empresário condenou a participação dos Senadores eleitos em 1982 na Assembléia e os candidatos avulsos e manifestou-se favorável à anistia ampla, geral e irrestrita e ao referendo à nova Carta.

## Ulysses vai ouvir entidades sobre os termos da emenda da convocação

BRASÍLIA — O Presidente do PMDB e da Câmara, Deputado Ulysses Guimarães, vai procurar, a partir da próxima semana, entidades representativas da sociedade civil e as lideranças partidárias no Congresso, com o objetivo de negociar os termos da convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

A iniciativa de Ulysses, anunciada pela Liderança do PMDB na Câmara e confirmada pelo Palácio do Planalto, tem como principal objetivo tentar evitar que o processo de convocação da Constituinte se distancie das aspirações da sociedade. Nesse sentido, a conversa mantida ontem por Ulysses Guimarães, como Presidente da República em exercício, com o Presidente da OAB, Hermann Baeta, foi considerada no Palácio do Planalto preliminar para as nego-

ciações que ele vai empreender como Deputado.

O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, disse que "é de um irrealismo total a proposta defendida pelos Governadores dos Estados do Sul — José Richa, Esperidião Amin e Jair Soares — de uma Assembléia Constituinte exclusiva, que não acumule as funções de Congresso Nacional. "Espanta-me que Jair Soares e José Richa, que já foram Deputados diversas vezes, defendam esta proposta", afirmou Lyra, que considera impraticável a eleição específica para a Constituinte.

Ele classificou também como irrealista a tese dos delegados constitucionais, discutida ontem durante a reunião do Conselho Político do Governo. Disse que não há possibilidade de aprovação dessa proposta pelo Congresso.